

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE): PUBLICAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Tania Mara Zancanaro Pieczkowski - Unochapecó¹

Bernardete Pieczkowski²

Cynthia Pereira da Silva³

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma temática que ganhou crescente relevância no campo da Educação Especial nos últimos anos. Este texto evidencia o resultado de um projeto de iniciação científica cujo objetivo foi identificar como o AEE é avaliado nas pesquisas publicadas nas edições da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped Nacional e da Anped Sul, nos últimos dez anos. O problema de pesquisa que orientou o estudo assim se constitui: Como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é avaliado nas pesquisas publicadas nas edições da Anped Nacional e da Anped Sul, nos últimos dez anos? Do problema de pesquisa derivaram as seguintes perguntas de estudo: Qual a avaliação das fragilidades e potencialidades do AEE segundo as pesquisas publicadas na Anped acerca do tema? Como os pesquisadores do AEE avaliam a exequibilidade dessa estratégia de inclusão prevista na Política Nacional de Educação Especial? A metodologia adotada foi a metapesquisa, ou seja, pesquisa da pesquisa. Para tal, houve uma busca nos bancos de dados da Anped Nacional e Anped Sul Regional, nos eixos que tratam da Educação Especial, no período de 2009 a 2019.

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva é a proposta assumida pelo Brasil, especialmente a partir das últimas duas décadas. Além de determinar a presença de todas as crianças nas escolas regulares, se constitui por meio do Atendimento Educacional

¹ Professora e atualmente coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Educação. Unochapecó. E-mail: taniazp@unochapeco.edu.br

² Estudante de Pedagogia e bolsista de pesquisa do Programa PIBIC/FAPE. Unochapecó. E-mail: bpieczkowski@unochapeco.edu.br

³ Estudante de Pedagogia e bolsista de pesquisa do Programa PIBIC/FAPE. Unochapecó. E-mail: cynthia.silva@unochapeco.edu.br

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNOCHAPECÓ
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



AMOSC
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS OCIDENTAIS DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Especializado (AEE) como uma estratégia de inclusão. O AEE é ofertado em Salas de Recursos Multifuncionais ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, para o público da educação especial: estudantes com deficiência; transtorno global do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

A ampliação do número de estudantes com deficiência na escola regular é decorrente de um conjunto de marcos internacionais e nacionais que evidenciam o princípio da inclusão. Dentre os marcos nacionais, que buscam assegurar os direitos das pessoas com deficiência, destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB 9.394/96); a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008); o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 e a Lei Brasileira de Inclusão 13.146/2015. Desde a LDB 9.394/96, existe a indicação de oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE), serviço prestado nas salas de recursos multifuncionais.

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o AEE é entendido como “Um serviço da Educação Especial que [...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (BRASIL, 2008).

Assim, pensando a inclusão a partir das noções de governamentalidade e verdade, desenvolvidas por Michel Foucault, podemos caracterizar o AEE como uma “[...] forma de atribuir novos contornos à Educação Especial, o que corrobora com as formas de ser e de viver na atualidade”. (FRÖHLICH, 2016, p. 2).

Discutir as políticas de inclusão sob a ótica da governamentalidade pressupõe problematizar questões sociais, culturais, políticas e pedagógicas que poderiam ser dadas como solucionadas. Desta forma, os sujeitos capturados pela ideia de diversidade social, precisam ser aceitos e tolerados a fim de que possam produzir experiências de inclusão.

Outro referencial foucaultiano importante para este trabalho é a noção de verdade. Revel (2005), amparada em Foucault, cita que as verdades são produzidas ao longo da história e estão conectadas às relações de poder, são regimes de verdades firmados por determinada sociedade e época. Essa noção nos permite compreender como a sociedade, em cada tempo histórico, constrói a noção de deficiência ou diferença e como a escolarização de pessoas com deficiência vai ganhando credibilidade.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



Para conhecer estudos relacionados ao problema proposto no projeto de Iniciação Científica, realizamos uma busca no site da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Educação (ANPEd), nos bancos de dados da ANPEd Nacional GT 15 e ANPEd Regionais, Eixos 15 ou 22 (de acordo com a região), nos anos de 2010 a 2019. O GT 15 e Eixo22 são grupos de trabalho que abordam a Educação Especial. Os termos indutores para a busca foram: Atendimento Educacional Especializado (AEE); Salas de Recursos Multifuncionais; Formação de professores para o AEE; Atribuições docentes para o AEE. Foram localizados dezesseis trabalhos que atendiam aos critérios do estudo.

Realizamos uma metapesquisa, ou seja, pesquisa da pesquisa. Segundo Mainardes (2018, p. 304), a metapesquisa é compreendida como “[...] uma estratégia para a análise sistemática das pesquisas de um determinado campo ou temática. A metapesquisa diferencia-se dos estudos de revisão de literatura, estado da arte, estado do conhecimento, revisõesistemática [...]” entre outros termos utilizados na pesquisa.

As materialidades empíricas (pesquisa localizadas) foram organizadas em agrupamentos temáticos e analisadas com base na análise de discurso, amparada em referenciais Foucaultianos. Para Foucault, ao analisarmos discursos, devemos estar atentos, pois estes podem “[...] admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta” (FOUCAULT, 2005, p. 96). Os agrupamentos temáticos resultaram da recorrência e da relevância dos discursos. Amparados em Meyer e Paraíso (2014).

Com relação às *potencialidades*, os pesquisadores apontam que houve uma importante caminhada e avanços na Educação Especial no Brasil, na perspectiva da educação Inclusiva. Uma relevante contribuição do AEE é a aproximação do docente especializado ao professor do ensino comum, abrindo espaço para o processo de planejamento curricular necessário para a educação inclusiva. Concordamos com Baptista (2011) que este apoio especializado “[...] deve auxiliar na exploração de alternativas diferenciadas de acesso ao conhecimento, inserindo, inclusive, dinâmicas que permitam utilizar seus recursos potenciais, aprender novas linguagens, desenvolver a capacidade de observar e de auto observar-se”. (p. 70).

A oferta de formação continuada aos professores, também foi mencionada nos estudos selecionados como potencialidade do AEE. Segundo Hermes e Lazzarin (2012), para ser

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNOCHAPECÓ
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



AMOSC
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



professor do AEE, é necessário investir esforços pessoais e coletivos na formação profissional, uma vez que os cursos de Licenciatura não asseguram a formação adequada para atuar com a complexidade do AEE. A proposta de AEE presente na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva prevê conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área, para atuação no AEE ou na escola inclusiva.

A pesquisa de Christofari (2012), salienta a importância da articulação dos professores da classe comum e do AEE, o que possibilita “construir estratégias variadas que mobilizem a todos os envolvidos na prática pedagógica apostando na relação como processo permanente” (p. 16).

As pesquisas apontam, também, *fragilidades* acerca do AEE enquanto política ou implementação. Zardo (2011) evidencia que a falta de informação por parte das famílias é uma das fragilidades do AEE, tendo como resultado a não compreensão do que é a Educação Especial, confundindo o AEE com atividades assistencialistas e de saúde. A autora ainda aponta que nem todas as escolas têm as salas de recursos para o atendimento e muitos estudantes e familiares acabam por não frequentar ou desistirem, por conta do deslocamento ser mais distante.

Hermes e Lazzarin (2012) afirmam que uma das barreiras para o acesso, a permanência, o aprendizado e a participação ativa desses estudantes na escola regular e na educação especializada, é decorrente do fato da formação desses professores não ser suficiente, e também da falta de acessibilidade nas instituições. É necessário um auto investimento e autogestão para que uma escola inclusiva seja realmente efetiva. Portanto, a formação continuada de professores para a Educação Especial, assim como para os demais professores da educação básica, são estratégias que podem qualificar o AEE.

Jordão, Silveira e Hostins (2013) destacam falta de reconhecimento profissional pelas colegas que trabalham no ensino regular como uma das principais dificuldades que enfrentam para potencializar o trabalho que é realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais.

Brizolla e Martins (2016) afirmam que, apesar de educandos do AEE estarem incluídos no ensino regular, boa parte (60%) não vivenciam efetivamente a inclusão, isolando-se ou convivendo somente com colegas que também frequentam o AEE.

Há ainda uma narrativa que tenta justificar o fracasso escolar dos estudantes com deficiência, que se refere ao tempo cronológico dos sujeitos e a estrutura desorganizada e

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNOCHAPECÓ
UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS OCIDENTAIS DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



atrasada da escola. Haas cita que essa estrutura, frequentemente não favorece a comunicação entre as partes, o que fragiliza o trabalho pedagógico do AEE. “Portanto, o grande desafio é fazer dialogar os saberes dos profissionais do ensino comum e especializado em torno de um mesmo objetivo, pois a tendência da cultura escolar é diferenciar a atribuição de cada um, por meio de partes que não se comunicam”. (HASS, 2016, p. 03-08).

O estudo nos possibilitou concluir que o AEE ganhou destaque com a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Percebemos que nos primeiros anos da nossa busca não houve muitas publicações acerca do tema. Porém, com o passar dos anos, as publicações de artigos relacionados à Educação Especial e ao AEE tiveram um aumento considerável, trazendo muitas contribuições.

A pesquisa evidencia que a deficiência não está apenas no sujeito que a possui, mas também nos contextos sociais que segregam; na falta de acessibilidade; no limitado acesso às tecnologias assistivas, o que limita a inclusão escolar do público do AEE. Percebemos que já houve muita evolução no campo da Educação Especial e que grande parte disso se deve ao trabalho realizado no AEE e no ensino comum, o que repercute em uma mudança na sociedade que passou a compreender melhor as especificidades de cada pessoa e respeitá-las. Contudo, ainda existem limitações e desafios a serem enfrentados.

A análise das produções aponta para fragilidades, especialmente no que diz respeito à formação docente e à própria política do AEE, que define muitas atribuições aos profissionais sem que as condições de trabalho sejam compatíveis. Constatamos que muitos são os desafios, mas que as perspectivas do AEE são vistas como potencializadoras da escola inclusiva.

Compreendemos que não basta apenas o sujeito estar inserido na escola regular para que a inclusão aconteça, é necessário que esse estudante seja visto como alguém que tem suas especificidades em relação aos demais estudantes, mas que isso não o impede de conviver com os colegas, interagir, aprender e ensinar.

Com o estudo, não houve pretensão de chegar a respostas definitivas e generalizantes. Mas, de acordo com a perspectiva pós-estruturalista de pesquisa, compreender o que é dito por pesquisadores sobre o AEE, suas fragilidades e também potencialidades. Salientamos que o

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



estudo não se encerra aqui. Diferente disso, despertou em nós o desejo de continuar investigando no campo da educação especial, especialmente no que se refere ao AEE.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado (AEE). Metapesquisa. ANPEd.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto. Ação pedagógica e educação especial: a sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 17, p. 59-76, maio-ago. 2011. Edição Especial. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382011000400006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 15 out. 2020

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 18 dez. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008b. **Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado**, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm Acesso em: 05 de jul. 2007

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 17 de nov. 2011. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 16 dez. 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 19 dez. 2018.

BRIZOLLA, Franciéli. MARTINS; Claudete da Silva Lima. Experiências de Atendimento Educacional Especializado para acadêmicos com deficiência nas universidades federais de ensino superior do sul do Brasil. In: 21ª Reunião Regional da Anped Sul – 24 de Julho a 27 de julho de 2016, **Anais**. Curitiba/PR. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp->

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFPS

PARCERIA



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA DA REGIÃO DE CHAPECÓ



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS OCIDENTAIS DE SANTA CATARINA

I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



[content/uploads/2015/11/eixo22_FRANC%C3%89LI-BRIZOLLA-CLAUDETE-DA-SILVA-LIMA-MARTINS.pdf](#) . Acesso em: 15 de out. 2020.

CHRISTOFARI, Ana Carolina; FREITAS, Cláudia Rodrigues de; TEZZARI, Mauren Lúcia. Educação infantil e ensino fundamental: interlocuções com o Atendimento Educacional Especializado. In: 35ª Reunião Anual da Anped, 2012, **Anais**. Porto de Galinhas/PE.

Disponível em:

http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT15%20Trabalhos/GT15-1462_int.pdf. Acesso em: 15 de out. 2020.

FRÖHLICH, Raquel. Da Educação Especial para a Educação Inclusiva: deslocamentos nas/das políticas públicas. In: XI Reunião Regional da ANPED. Reunião Científica regional da Anped: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. **Anais**. Curitiba/PR: UFPR, 2016. p. 1-15. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content/uploads/2015/11/eixo22_RAQUEL-FR%C3%96HLICH.pdf. Acesso em: 06 out. 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

REVEL, J. **Foucault**: conceitos essenciais. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez e Carlos Piovesani. São Carlos: Clara Luz, 2005.

HAAS, Clarissa. O papel “complementar” do Atendimento Educacional Especializado (AEE): implicações para a ação pedagógica. In: XI AnpedSul. Reunião Científica Regional da ANPED. Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. 24 a 27 de julho de 2016/UFPR- **Anais**. Curitiba / Paraná. Disponível em: http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo22_CLARISSA-HAAS.pdf . Acesso em: 15 de out. 2020.

HERMES, Simoni Timm; LAZZARIN, Marcia Lise Lunardi. Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva: Capturas e mobilização da docência no atendimento educacional especializado. In: 35ª Reunião Nacional da ANPED. **Anais**. Porto de Galinhas – PE: 21 a 24 de Outubro de 2012. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT15%20Trabalhos/GT15-2231_int.pdf . Acesso em: 15 de out. 2020.

JORDÃO, Suelen Garay Figueiredo. SILVEIRA, Tatiana dos Santos. HOSTINS, Regina Célia Linhares. Políticas de inclusão escolar e a formação do professor das salas de recursos multifuncionais (SRMs). In: 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, **Anais**. Goiânia-GO. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt15_trabalhos_pdfs/gt15_2692_texto.pdf . Acesso em: 15 de out. 2020.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ



I SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

PROCESSOS HISTÓRICOS E RESISTÊNCIAS



MAINARDES, Jefferson. Metapesquisa no campo da política educacional: elementos conceituais e metodológicos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018. DOI: 10.1590/0104-4060.59762. Disponível em: <file:///C:/Users/Tania/Downloads/ArtigoMetapesquisa2018.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2019.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Orgs.). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014. p. 17-24.

ZARDO, Sinara Pollom. A organização do atendimento educacional especializado no sistema de ensino brasileiro para jovens com deficiência: a ótica dos gestores de estado da educação. In: 34ª Reunião Anual da Anped, 2011, **Anais**. Natal/RN. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT15/GT15-1202%20int.pdf>. Acesso em: 15 de out. 2020.

REALIZAÇÃO



GRUPO DE PESQUISA EM
POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO
UFFS

PARCERIA

Curso de
Pedagogia



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

Programa de
Pós-Graduação
em Educação



UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ

